

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Chinesa interessada em Angra 3 se reúne com MME	2
Título: Cadê o Cade?	2
Título: Contratos de gás atraem Petrobras e mais seis.....	5
Título: Saudi Aramco leva 20% da Reliance por US\$ 15 bi.....	6
Título: Curtas	8
Título: Lucro da São Martinho caiu 12% no trimestre	9
Título: Safra de captações marca volta da Usiminas ao mercado	10
Título: Empresas investem mais em 2019, apesar de revisões.....	13
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	15
Título: Zema diz que Cemig esqueceu motivo para o qual existe.....	15
Título: MP vê contradições em depoimentos sobre pacto de Itaipu	16
Título: Agência federal adia prazo para eliminar as barragens como a de Brumadinho	18
Título: ‘Não é só resgate de corpos, mas, sim, de esperança, de dignidade’	20
Título: Consumo fraco de energia é sinal de estagnação.....	21
Título: Gestores dizem que há apetite de estrangeiros por papéis do banco	22
Título: ‘PEC paralela deve ter poucos ajustes’	23
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	25
Título: Energia	25

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 13/08/2019**Seção:** Empresas**Autor:** Rodrigo Polito | Do Rio**Título:** Chinesa interessada em Angra 3 se reúne com MME

Representantes da China National Nuclear Corporation (CNNC), companhia de geração de energia nuclear, reuniram-se ontem com o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, em Pequim. A chinesa é uma das potenciais interessadas em formar parceria com a Eletronuclear para a retomada das obras da usina nuclear de Angra 3.

Ontem também foram iniciados os trabalhos do comitê interministerial brasileiro criado para elaborar o modelo de viabilização de Angra 3 e o edital da concorrência internacional para a definição do parceiro para a conclusão do projeto. O comitê tem prazo de 180 dias, prorrogável por igual período. A documentação final do comitê será submetida ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI), a quem caberá a aprovação definitiva para viabilização da obra da usina.

Estima-se que ainda sejam necessários investimentos de R\$ 15,5 bilhões para concluir Angra 3, cujo índice de obras civis é de 67%.

Hoje, Albuquerque estava previsto para se reunir com representantes da State Power Investment Corporation (SPIC), que negocia a compra da fatia de 18,5% da Odebrecht na usina de Santo Antônio.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 13/08/2019**Seção:** Opinião**Autor:** Adilson de Oliveira**Título:** Cadê o Cade?

A Aneel anunciou que a bandeira tarifária vermelha será aplicada neste mês de agosto nas tarifas dos pequenos consumidores, que permanecem cativos das distribuidoras de energia elétrica. Impossibilitados de adquirir seu suprimento de energia no mercado livre, esses consumidores terão suas tarifas aumentadas em R\$ 40 em cada MWh que utilizam. Desde a sua criação em 2015, esse penduricalho tarifário retirou R\$ 31,4 bilhões da renda das famílias e dos

pequenos negócios, aos quais virá se adicionar mais R\$ 1,3 bilhão neste mês de agosto.

A bandeira tarifária tem por objetivo declarado induzir os pequenos consumidores a reduzir seu uso de energia nos períodos de estiagem e, dessa forma, evitar o despacho de centrais térmicas. No entanto, estudo do TCU constatou que esse penduricalho não altera o comportamento dos consumidores. Ou seja, o despacho térmico não é influenciado pelas bandeiras tarifárias. O efeito prático desse penduricalho é a arrecadação de fundos para cobrir os gastos das distribuidoras com a compra de energia no mercado de curto prazo, provocados pelos descompassos entre a energia assegurada (sic) que as centrais podem vender aos consumidores e a quantidade de energia que elas efetivamente geram.

A energia assegurada foi adotada no arcabouço regulamentar do sistema elétrico brasileiro no final do século passado, com o objetivo de limitar os riscos hidrológicos do parque gerador que travavam as privatizações. O seu cálculo assume que a pluviometria oscila em torno de uma média previsível calculada por modelos estatísticos. Estimada essa média, as previsões de consumo realizadas pela burocracia permitiriam ao ONS identificar a quantidade adequada de água para ser utilizada na geração hidrelétrica e o preço ótimo (sic) a ser pago pelos consumidores para a energia ofertada pelo parque gerador. A gestão econômica cartelizada do parque gerador deveria promover a convergência da energia gerada efetivamente pelas centrais com as energias asseguradas calculadas pela burocracia setorial. Infelizmente, isso não vem ocorrendo.

Para viabilizar a oferta de energia assegurada nos contratos de concessão, o parque gerador passou a funcionar como um cartel operado pelo ONS, apoiando-se em modelos computacionais alimentados com expectativas da burocracia setorial. Nesse cartel, as centrais abdicam do direito de decidir quanto e quando gerar. Como contrapartida, cada central tem o direito de comercializar uma parcela da energia total gerada pelo ONS. Em síntese, as centrais repassam a gestão do risco hidrológico para o cartel, porém elas não respondem por equívocos na gestão do parque gerador, cuja responsabilidade é do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). Os custos dos equívocos do CMSE são repassados para as tarifas dos consumidores.

Imaginado como solução transitória, o cartel deveria desaparecer após a plena liberalização do mercado elétrico programada para ter início a partir de 2003. Uma cláusula dos contratos de concessão das centrais permitia a revisão periódica das energias asseguradas ao longo dos períodos de concessão. No entanto, essas revisões nunca ocorreram. Os governos Lula e Dilma preferiram preservar o cartel, criando as energias de reserva e as bandeiras tarifárias para

mitigar os efeitos econômicos dos descompassos existentes entre a energia efetivamente gerada e a energia assegurada das centrais.

As energias asseguradas têm o mérito de garantir um fluxo de receita anual durante todo o período de concessão da central, a despeito da evolução das condições físicas e econômicas do sistema elétrico. Ao remover o risco de mercado dos geradores, essa regulação tornou muito atraente o investimento na expansão do parque gerador, situação que explica o incremento contínuo da sua capacidade instalada, apesar da relativa estagnação do consumo de energia.

A liberalização do mercado atacadista livrará o consumidor dos custos da gestão cartelizada da burocracia

Entre 2010 e 2018, o consumo de energia do sistema interligado passou de 48,4 para 68,5 MW médios (41,5%) enquanto a capacidade instalada cresceu de 89 para 156,1 GW (75,4%). O resultado desse processo foi um sensível incremento no nível dos reservatórios hidrelétricos nos últimos anos, fruto em larga medida da drástica redução de 51,4% para 43,9% no uso da capacidade do parque gerador no período. A gestão cartelizada do parque gerador promoveu a construção de 23 GW ociosos, cujos investimentos (aproximadamente R\$ 180 bilhões) são remunerados pelas tarifas dos consumidores. Esse é um dos fatores centrais da continuada elevação das tarifas elétricas nesta década.

Como os consumidores livres podem contratar seu suprimento energético diretamente com os geradores, eles conseguem preços mais favoráveis que os oferecidos pelas distribuidoras aos seus consumidores cativos. Contrariamente, os cativos devem aceitar os preços contratados pelas concessionárias em leilões de energia promovidos pela Aneel. Essa segmentação do mercado consumidor penaliza os cativos que a Abraceel estima pagarem em média 23% mais caro por seu suprimento energético que os consumidores livres.

Cedo ou tarde o cartel dos geradores elétricos terá que ser desmontado. A recontração da energia de Itaipu em 2023 e a reforma liberalizante do mercado do gás natural sinalizam a urgência dessa mudança, para evitar um tarifaço elétrico futuro que abortará a retomada do crescimento econômico.

Na situação atual, as tarifas são decididas com base em custos passados, com a oferta de subsídios cruzados que distorcem o comportamento do mercado elétrico. Essa situação garante a confiabilidade do suprimento, porém seu custo econômico é muito elevado, como apontado acima. Adotado no passado para facilitar a vida dos gestores do sistema ao invés de economizar o dinheiro dos consumidores (Alfred Kahn), o regime tarifário com base em custos médios passados tornou-se obsoleto, após a drástica redução no custo de coleta e de processamento de informações viabilizado pelas tecnologias de informação.

A gestão econômica do suprimento elétrico com base em custos futuros, sempre que haja transparência nas informações setoriais, é a solução moderna para a gestão do parque gerador.

A liberalização do mercado atacadista de energia obrigará os investidores a analisar criteriosamente os riscos de seus investimentos, porém permitirá aos consumidores deixar de arcar com os custos da gestão cartelizada da burocracia setorial. Para o Tesouro, seu benefício é evitar o risco de ser constrangido a oferecer um aporte bilionário para evitar o colapso financeiro do sistema elétrico.

A liberalização do mercado elétrico não é uma tarefa simples. Ela será tanto mais complexa quanto mais tarde o **Ministério de Minas e Energia** se debruçar sobre o tema, à medida que a situação atual de elevada capacidade ociosa do parque gerador venha a ser progressivamente reduzida pela retomada do crescimento econômico.

Adilson de Oliveira é professor da UFRJ

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/08/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Contratos de gás atraem Petrobras e mais seis

Seis empresas, dentre as quais a Shell, Total e a YPFB, estatal boliviana, vão competir com a Petrobras, nos próximos meses, pelo mercado de gás natural do Centro-Sul. As distribuidoras de gás canalizado MSGás (MS), Gas Brasileiro (SP), Compagas (PR), SCGás (SC) e Sulgás (RS) entraram em negociações finais com os potenciais fornecedores, para contratação de gás a partir de 2020, por meio do gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol).

Em meio às perspectivas de redução da participação da Petrobras no mercado e diante da proximidade do fim do contrato para importação da Bolívia, as cinco distribuidoras iniciaram em 2018 uma chamada pública coordenada para aquisição de gás, na busca por novas fontes de suprimento. A ideia da parceria era dar escala ao processo de contratação e, assim, atrair a atenção dos grandes fornecedores. Juntas, MSGás, Gas Brasileiro, SCGás, Sulgás e Compagas preveem contratar cerca de 10 milhões de metros cúbicos diários (m³ /dia) - volume equivalente a um quarto de tudo o que as distribuidoras do Brasil vendem no mercado não termelétrico.

Após concluírem as análises comparativas das propostas recebidas, as concessionárias estaduais avançaram para a terceira etapa, na qual as distribuidoras, de forma individual, negociarão diretamente com os fornecedores selecionados. Isso porque, embora a chamada seja coordenada, os contratos são individuais e baseados nas necessidades de cada mercado.

Petrobras, Shell, Total e YPFB avançaram para a terceira fase de negociações com a MSGás, Gas Brasileiro, Sulgás, Compagas e SCGás. Além delas, a Repsol e a Golar Power, empresa de gás natural liquefeito (GNL), entrarão em negociações diretas com a Sulgás. A Cocal Energia, por sua vez, avançou nas tratativas para fornecimento de biogás à Gas Brasileiro.

As negociações entre as distribuidoras e os fornecedores ocorrem em paralelo à chamada pública para contratação da capacidade de transporte do Gasbol, prevista para ser concluída neste ano. O diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), José Cesário Cecchi, acredita que a concorrência promovida pela Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG) deve contar com a participação não só da Petrobras, como também de outros produtores. "Claro que entram [novos agentes]", disse Cecchi, ontem, a jornalistas.

Sobre as perspectivas de importação de gás boliviano, ele disse que multinacionais que produzem no país vizinho e também atuam no Brasil, como a Repsol, Total e Shell, tendem a buscar clientes no mercado brasileiro. "Todas essas empresas têm que monetizar o gás e o Brasil continua sendo um mercado atrativo, mas vão ter que competir com o GNL e com o gás do pré-sal", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Benjamin Parkin e Anjali Raval | Financial Times, de Mumbai e Londres

Título: Saudi Aramco leva 20% da Reliance por US\$ 15 bi

A Saudi Aramco aceitou formalmente assumir uma participação de 20% na divisão de refino e de produtos petroquímicos da Reliance Industries. O negócio ocorre num momento em que a Saudi Aramco, a maior exportadora mundial de petróleo bruto, aprofunda seus laços com a Índia, o consumidor de produtos energéticos de crescimento mais acelerado do mundo.

O negócio, de US\$ 15 bilhões, avalia a divisão em US\$ 75 bilhões, incluindo dívidas, e é um dos maiores investimentos estrangeiros na Índia, de acordo com

Mukesh Ambani, o presidente do conselho de administração da Reliance, que divulgou a venda em assembleia de acionistas realizada em Mumbai.

Ambani, o homem mais rico da Ásia, disse que a transação fortalecerá as relações entre a Saudi Aramco, a maior produtora de petróleo do mundo, e a Reliance, detentora de um enorme complexo de refino e de fabricação de produtos petroquímicos em Gujarat, na costa oeste da Índia.

"Agora, transformamos nosso duradouro relacionamento de duas décadas, baseado na confiança mútua, em uma parceria que tem potencial de crescimento por anos e anos", disse Ambani. Como parte do acordo, a Saudi Aramco enviará à divisão de refino da Reliance cerca de 500 mil barris de petróleo/dia.

A companhia indiana informou que as cláusulas do negócio ainda não foram concluídas e que ele está sujeito à aprovação dos órgãos reguladores.

Khalid Al Dabbagh, vice-presidente-sênior de finanças, estratégia e desenvolvimento da Saudi Aramco, disse: "O que foi anunciado hoje [ontem] é uma carta de intenções". A transação está em "um estágio muito inicial", acrescentou ele, em que ainda faltam fazer a auditoria técnica e contábil dos ativos (conhecida como "due dilligence" em inglês) e conseguir a aprovação do conselho de administração.

A Saudi Aramco ampliou seus investimentos em refinarias asiáticas nos últimos anos, na medida em que tenta garantir vendas de petróleo bruto nos próximos anos. Busca há muito tempo assegurar maior presença na Índia para se beneficiar da crescente demanda do país por petróleo.

As principais empresas do setor de petróleo e gás estão voltando os olhos para a Índia, em uma aposta na hipertrofia das classes médias do país, que impulsionará a demanda por energia. Pretendem, especialmente, conquistar acesso ao mercado de varejo de combustíveis. Na semana passada, a empresa energética britânica BP disse ter concordado formalmente em abrir uma rede de postos de gasolina e uma divisão de combustíveis para aviação com a Reliance na Índia.

Autoridades sauditas, entre os quais o príncipe herdeiro Mahammed Bin Salman, visitaram a Índia nos últimos meses, enquanto Ambani esteve na sede da Saudi Aramco na província de Dhahran, no leste da Arábia Saudita, neste ano.

Na demonstração de lucros da Saudi Aramco divulgada ontem, sua primeira semestral de todos os tempos, Amin Nasser, o executivo-chefe, disse que as aquisições da empresa em "mercados internacionais fundamentais" ajudarão a

aumentar a capacidade de refino e de fabricação de produtos químicos e a diversificar suas operações.

A Saudi Aramco divulgou lucro líquido de US\$ 46,9 bilhões no primeiro semestre de 2019, devido ao fato de o grupo estatal energético ter sido prejudicado pela queda dos preços do petróleo. Esse resultado foi 12% inferior ao de um ano atrás, mas os números reafirmaram a posição da Saudi Aramco como a companhia mais lucrativa do mundo.

A parceria da Saudi Aramco é a mais recente de uma série de negócios articulados pela Reliance destinados a criar joint-ventures e a vender ativos não essenciais, num momento em que a empresa tenta reduzir o acúmulo de dívidas, que disparou devido aos enormes investimentos na Jio, a operadora de telefonia celular do grupo.

PMS Prasad, diretor-executivo da Reliance, disse à imprensa de que dentro de cinco anos a divisão de refino e de produtos petroquímicos vai se tornar "uma entidade independente, autossuficiente" que poderá até abrir o capital. Mas 80% desse capital ficará nas mãos da Reliance.

Como parte da transação, a Saudi Aramco poderá nomear diretores de alto escalão da divisão e terá assentos em seu conselho de administração. Obterá também uma cadeira no principal conselho de administração da Reliance.

As duas empresas pretendem fechar o negócio até março do ano que vem, quando 50% do custo será pago, disse Prasad. O restante será quitado em duas parcelas nos anos seguintes.

A Reliance pediu inicialmente um valor maior, de mais de US\$ 80 bilhões, pela divisão, segundo pessoa próxima às negociações. As divisões de petroquímica e de refino responderam por 86% dos lucros da Reliance, de 642 bilhões de rúpias (US\$ 9 bilhões) antes de juros, impostos depreciação e amortização (conhecidos pela rubrica Ebitda) no ano financeiro de 2018.

A Reliance fez várias propostas à Saudi Aramco, entre as quais a oferta de uma participação de 10% a 20% em seu capital, disse essa pessoa. A Arábia Saudita tentou obter uma participação ainda maior.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/08/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Aportes da Cemig

O conselho de administração da Cemig aprovou investimentos adicionais de R\$ 1,2 bilhão pelo período de 2020 a 2022 em distribuição. Com isso, os investimentos totais previstos para o segmento entre 2019 e 2023 passarão de R\$ 6,5 bilhões para R\$ 7,3 bilhões. O plano de investimentos comporta ainda outros R\$ 800 milhões por meio de recursos de clientes, levando os aportes totais na Cemig D a R\$ 8,1 bilhões no período. Segundo a companhia, os investimentos adicionais têm o objetivo de acelerar a modernização da base de ativos da distribuidora, assim como reduzir custos de operação e manutenção, melhorar indicadores de qualidade e aumentar a satisfação de clientes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/08/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Lucro da São Martinho caiu 12% no trimestre

As chuvas do início do período de moagem da safra sucroalcooleira atual (2019/20) provocaram interrupções no processamento de cana do Grupo São Martinho no primeiro trimestre da temporada (entre abril e junho), limitando a produção e dificultando a diluição dos custos. Nesse cenário, o lucro líquido da companhia caiu 12% em relação ao mesmo trimestre da safra passada, para R\$ 91,5 milhões.

No período, a companhia moeu 9 milhões de toneladas de cana, quase 5% menos do que um ano atrás. E, ao entrar nas usinas, a cana teve rendimento também menor, da ordem de 7%. "Choveu muito em abril, perdemos metade do mês. Teve pouca produção para diluir custo fixo. Mas conseguimos um resultado muito bom, puxado por boa precificação", avaliou o presidente do grupo paulista, Fabio Venturelli.

Apesar dos preços do açúcar seguirem em níveis baixos, enquanto os do etanol sobem em pleno pico de safra, a São Martinho teve um trimestre mais açucareiro do que no mesmo período do ano passado. Tratou-se em parte de uma estratégia, dado que a companhia tinha contratos de açúcar para cumprir, mas também porque as chuvas atrapalharam a moagem da Usina Boa Vista, em Quirinópolis (GO), que só produz o biocombustível.

Com isso, apesar da menor quantidade de matéria-prima moída, a produção de açúcar até aumentou na comparação anual, em detrimento da fabricação de etanol. Em vendas, porém, o comportamento foi oposto: a receita com etanol foi maior, puxada principalmente pelos preços mais remuneradores, enquanto as vendas de açúcar ainda foram menores. A receita líquida caiu 2,1%, para R\$ 256,7 milhões.

Segundo Felipe Vicchiato, diretor financeiro e de relações com investidores da companhia, as vendas do etanol desta safra só não foram maiores porque havia uma parcela da produção da safra anterior nos estoques que foi escoada em abril.

Os executivos ressaltaram que a tendência mais açucareira do primeiro trimestre não significa que a companhia manterá igual padrão até o fim da safra. Diferentemente de outras vezes, a companhia não divulgou estimativa para seu mix produtivo e, de acordo com Venturelli, a decisão sobre o que produzir tem sido tomada diariamente.

Ainda assim, a companhia já fixou o preço de venda de 555 mil toneladas, ou cerca de 80% da quantidade mínima de açúcar a produzir nesta safra. Isso deixa uma margem de 20% de açúcar (pouco mais de 200 mil toneladas), que ainda pode ter o preço fixado - ou, dependendo das condições, virar etanol. Vicchiato avaliou, porém, que, ainda que o etanol esteja com preços altos para este momento, os contratos do açúcar na bolsa de Nova York para março de 2020, combinados com o dólar atual, oferecem um preço "que não é tão baixo quanto já se viu".

A mudança das regras contábeis a respeito de arrendamentos (considerados agora como amortização), acabou aliviando a linha de custos operacionais e o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda). Ainda assim, o Ebitda ajustado caiu 13,2%, para R\$ 348,4 milhões. Com esse efeito e um aumento da dívida, o índice de alavancagem (relação entre dívida líquida e Ebitda) subiu de 1,46 vez em março para 1,61 vez no fim de junho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/08/2019

Seção: Finanças

Autor: Ana Paula Ragazzi | De São Paulo

Título: Safra de captações marca volta da Usiminas ao mercado

Entre as captações externas de empresas brasileiras em julho, a operação que fez mais diferença do ponto de vista dos negócios da companhia foi a da Usiminas. A avaliação é de Odilon Costa, analista de renda fixa e crédito privado da Eleven Investimentos.

A siderúrgica captou US\$ 750 milhões para pagar antecipadamente uma dívida reestruturada em 2016. "Foi muito positivo porque essa reestruturação impôs mecanismos que salgavam muito a vida da empresa e que agora foram retirados", diz Costa.

O dinheiro será usado majoritariamente para o pré-pagamento integral de dívida com o BNDES e bancos internacionais, especialmente japoneses. Haverá, ainda, o pré-pagamento parcial de bancos domésticos. E os credores liberaram garantias de imóveis da siderúrgica, concordaram em remover obrigações de pagamento que secavam o caixa e restrições ao investimento de expansão. "Para nós, o mais importante foi ter alongado o prazo de vencimento da dívida", afirma Alberto Ono, diretor vice-presidente de finanças e relações com investidores da Usiminas. Ele diz que o bônus veio após um processo de negociação iniciado no fim do ano passado. "A partir do segundo semestre de 2018, nossos indicadores financeiros melhoraram e começamos a discutir internamente e com os credores o reperfilamento", afirma.

A dívida foi alongada em cerca de 20 meses, e Ono também destaca que, pelo acordo de 2016, neste ano a empresa teria de começar a pagar amortizações, que retirariam recursos da operação. Agora, esses pagamentos só acontecerão no fim do prazo do bônus.

A Usiminas acessou o mercado externo porque boa parte do pagamento era com os credores internacionais, diz Ono. Ele afirma que pelo tamanho da emissão seria mais difícil captar internamente.

A operação marcou a volta da empresa ao mercado, após quase seis anos de ausência. O último título externo captado pela Usiminas havia vencido em janeiro de 2018. "Também estamos olhando a melhora das condições no mercado doméstico e podemos fazer alguma coisa", diz Ono. O executivo diz que ainda está muito cedo para falar em captar para investir. "O crescimento do PIB ainda está muito baixo e estamos com capacidade ociosa relevante. Tomar dívida para investir num cenário assim não faz sentido. O cenário macro precisa estar mais definido."

A JBS, que já acessou o mercado externo quatro vezes neste ano, também voltou a captar em julho. Foram dois papéis que somaram US\$ 2 bilhões para melhorar as condições de seu endividamento - pré-pagando dívida mais curta

ou mais cara. Uma parte, US\$ 1,25 bilhão, foi feita via JBS USA. O restante, por meio da brasileira JBS Investments.

Guilherme Cavalcanti, diretor de relações com investidores da JBS, explica que a empresa utiliza essa estratégia para diversificar a sua base de investidores. "Quem compra o papel do veículo internacional são os investidores dedicados a papéis 'high yield'. Os que ficam com os da empresa do Brasil são aqueles dedicados a mercados emergentes", explica.

Toda a movimentação no mercado da empresa neste ano já levantou até especulações de que ela havia zerado o endividamento bancário, para ficar só com o mercado de capitais. "Isso não faz sentido para nenhuma empresa. O ideal é manter todos os canais possíveis de financiamento sempre abertos e acessíveis", explica Cavalcanti, destacando que, de fato, a JBS reduziu muito o endividamento bancário - de cerca de US\$ 4 bilhões para US\$ 1 bilhão. Mas ressalta que ele nunca será zerado. "Esse canal tem que ficar aberto até mesmo porque, num momento de necessidade específica, tende a sair mais rapidamente do que uma operação no mercado de capitais", diz.

O que a JBS não fez ainda foi uma emissão no mercado de dívida local. A concorrente Marfrig está, neste momento, fazendo isso pela primeira vez, com um certificado de recebíveis do agronegócio (CRA), de R\$ 250 milhões.

É a segunda vez que a Marfrig se apresenta a novos investidores neste ano. No primeiro semestre, ela rodou o mercado europeu para conversar com gestores que têm como critérios de investimento aspectos sociais, ambientais e de governança - conhecidos pela sigla ESG. Tudo isso para ser a primeira brasileira a vender títulos de transição para a sustentabilidade ("sustainable transition bond"), outra novidade da safra de emissões de julho.

A operação também chamou a atenção por ter os recursos destinados a um projeto, em vez de gestão de dívida - os US\$ 500 milhões irão somente para compra de gado do Bioma Amazônia.

Marco Spada, vice-presidente de finanças e relações com investidores da Marfrig, diz que a empresa optou por esse papel para dar mais visibilidade a seus esforços de sustentabilidade aos investidores. Nos últimos três anos, a Marfrig só vinha acessando o mercado para fazer a gestão da dívida. O papel foi oferecido aos investidores tradicionais e àqueles dedicados ao ESG e os dois grupos dividiram a operação praticamente meio a meio.

A demanda superou a oferta em quase três vezes e a empresa conseguiu captar seu papel de maior prazo - dez anos - e menor custo, a 6,625%.

Costa, da Eleven, afirma que o prazo do papel chamou atenção. Por ser um negócio predominantemente de carnes, ele diz, a Marfrig tem margens mais voláteis e um perfil de crédito mais arriscado do que a concorrente JBS. "É impressionante ver a Marfrig captando para dez anos. Pode ser um reflexo da pouca oferta de papéis brasileiros e da alta demanda pelos títulos."

Também em julho, sempre com a estratégia de trocar uma dívida mais cara por outra mais barata ou mais longa, fizeram emissões Klabin (US\$ 250 milhões), CSN (US\$ 350 milhões) e Cosan (US\$ 750 milhões).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Rita Azevedo, Raquel Brandão e Stella Fontes | De São Paulo

Título: Empresas investem mais em 2019, apesar de revisões

As ondas de choque que a guerra comercial entre China e Estados Unidos lançou sobre a economia global chegaram aos negócios de exportadores brasileiros. E levaram à revisão de investimentos previstos para este ano por grandes nomes da indústria nacional, cujos mercados já enfrentavam algum tipo de desafio. Ao mesmo tempo, a recuperação da economia doméstica, que não veio no ritmo esperado, fez com que algumas indústrias de base reavaliassem planos. Entre as companhias que reduziram suas expectativas estão Braskem, Suzano, Gerdau, Usiminas e Petrobras.

O corte nas projeções não significa, no entanto, que as companhias investiram menos neste ano. Em muitos casos, o investimento executado em 2019 é superior ao de 2018 - indicando que o otimismo inicial perdeu fôlego, mas segue presente. Levantamento produzido pelo **Valor** mostra que entre 30 companhias do setor industrial, 18 aumentaram investimentos na primeira metade deste ano, na comparação anual. O crescimento médio no volume investido foi de 8,5%. Os dados foram retirados dos relatórios de administração publicados pelas companhias. A amostra é composta por empresas que já apresentaram os balanços referentes ao segundo trimestre e que detalharam seus investimentos em seus documentos.

Maior produtora de resinas das Américas, a Braskem cortou em US\$ 100 milhões, ou cerca de R\$ 400 milhões ao câmbio de hoje, o valor que planeja investir em 2019, com o ciclo de baixa da indústria petroquímica agravado pelo embate comercial entre as duas potências mundiais. Em reais, a previsão inicial era de investimentos de R\$ 3,315 bilhões. Com a redução, o valor cai a pouco mais de R\$ 2,9 bilhões, ainda acima dos R\$ 2,77 bilhões aportados no ano passado.

De acordo com o presidente da companhia, Fernando Musa, a principal razão para o corte no orçamento foi a revisão das expectativas futuras para a indústria petroquímica, sob a sombra da tensão comercial. "Quando fizemos o orçamento, já havia uma expectativa de ciclo de baixa, mas a situação real é um pouco mais impactante do que se esperava em função da guerra comercial entre China e Estados Unidos", observou.

Diante da postergação da melhora do ciclo petroquímico, a Braskem revisou projetos relacionados à expansão de capacidade para se concentrar em iniciativas de redução de custo, melhoria de processos e eficiência. A companhia segue investindo na nova fábrica de polipropileno nos Estados Unidos, agora com previsão de início de operação no primeiro semestre - antes, havia expectativa de partida no primeiro trimestre. O desembolso total no projeto supera US\$ 420 milhões.

Na Suzano, o corte de R\$ 500 milhões na previsão de aportes, de R\$ 6,4 bilhões para R\$ 5,9 bilhões, vem na esteira da forte deterioração dos preços da celulose puxada pelos chineses. Com a redução da produção em curso, com vistas a reequilibrar estoques, a companhia gastará menos principalmente com manutenção e expansão da base florestal. Em 2018, antes de incorporar a Fibria, a Suzano investiu R\$ 2,8 bilhões, alta de 59,3%. A Fibria investiu R\$ 3,9 bilhões no ano passado, queda de 16%.

Com as incertezas geradas pela tensão com Washington, os chineses, maiores compradores de celulose no mundo, preferiram usar volumes que tinham em inventário a fechar novas compras, levando à sobreoferta de fibra e à forte queda dos preços internacionais. A inversão do cenário externo, no momento de compra da Fibria, exigiu medidas adicionais de disciplina financeira.

Indústrias com grande exposição ao mercado doméstico também estão reavaliando planos. A Gerdau, por exemplo, atribuiu a revisão do orçamento para este ano, em R\$ 400 milhões, à lenta retomada da economia brasileira. Inicialmente, a siderúrgica previa desembolsar R\$ 2,2 bilhões em suas operações em 2019. Agora, deve investir R\$ 1,8 bilhão e a revisão vai atingir projetos de aumento de capacidade no Brasil, entre os quais o de bobinas a quente. Entre 2019 e 2021, a companhia planeja investir R\$ 7,1 bilhões.

O menor ritmo de produção da indústria automotiva e o fraco desempenho da economia levaram a Usiminas a postergar a apresentação de um projeto de R\$ 1 bilhão para implantação de uma nova linha de galvanizados. Conforme o presidente da siderúrgica, Sergio Leite, o plano será levado ao conselho de administração até meados do ano que vem porque a economia não apresentou o resultado esperado. Antes, a siderúrgica pretendia submeter o projeto ao colegiado até o fim do ano.

As estatísticas do setor são pouco alvissareiras. Depois de duas revisões, o Instituto Aço Brasil, que representa as siderúrgicas, trabalha agora com previsão de alta de apenas 0,4% na produção nacional de aço bruto, para 35,6 milhões de toneladas, frente a aumento de 2,7% estimado anteriormente.

A Usiminas reduziu os aportes para 2019, de R\$ 1 bilhão para R\$ 800 milhões, mas por causa do atraso no processo de licenciamento para obras em Itatiaiuçu (MG). O valor representa quase o dobro do que foi aportado em 2018, quando o investimento da empresa já havia sido bem maior.

Na Klabin, que tem em curso um projeto de crescimento de R\$ 9,1 bilhões, o maior de sua história, os desembolsos com o plano de expansão não devem alcançar os R\$ 2 bilhões estimados inicialmente para 2019. Agora, os desembolsos devem ficar entre R\$ 1,75 bilhão e R\$ 1,8 bilhão, sem impacto no cronograma do projeto.

Em meio a um processo de desinvestimento, a Petrobras também informou projeções menores. Agora, a estatal espera investir entre US\$ 10 bilhões e US\$ 11 bilhões em 2019. Anteriormente, a expectativa era que o montante chegasse a US\$ 16 bilhões. Entre os motivos para a mudança, segundo a petrolífera, estão alguns fatores relacionados a sua estratégia de negócios, como a postergação de projetos e paradas programadas em refinarias e plataformas. Fora isso, a companhia revisou a taxa de câmbio com a qual trabalha, assumindo uma valorização maior do dólar frente ao real neste ano.

No grupo das companhias que irão investir em 2019 menos que o planejado, duas já reduziram o montante executado no primeiro semestre. O montante da estatal caiu 20,5%, passando de US\$ 6,20 bilhões, no ano passado, para US\$ 4,94 bilhões neste ano. O da Braskem recuou 4,6%, indo de R\$ 1,23 bilhão para R\$ 1,17 bilhão.

Por outro lado, Usiminas, Gerdau e Klabin aumentaram o volume de recursos aplicados. No caso da Usiminas, o volume de investimentos avançou 47%, para R\$ 194 milhões. Na Gerdau, o crescimento foi de 41%, para R\$ 729 milhões. A Klabin mais que dobrou os investimentos, que somaram R\$ 878 milhões na primeira metade deste ano. A fusão com a Fibria impediu a comparação dos valores aplicados por Suzano nos dois períodos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/08/2019

Seção: Economia

Autor: Francisco Carlos de Assis Aline Bronzati

Título: Zema diz que Cemig esqueceu motivo para o qual existe

Governador mineiro afirma em evento que é fundamental a venda para a iniciativa privada da companhia de energia

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), fez ontem duras críticas à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) que, para ele, se esqueceu do motivo de sua existência, o que torna fundamental a sua privatização. O governador mineiro participou da 2.ª Conferência Anual Santander ao lado de seu colega do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB).

Zema disse que a Cemig dobrou o seu valor de mercado, de R\$ 10 bilhões para R\$ 20 bilhões, só pela notícia de que ele seria o vencedor da eleição para o governo de Minas. No entanto, segundo ele, a Cemig está criando obstáculo para, entre outras coisas, ligar em suas redes a energia fotovoltaica produzida no Estado.

Para Zema, a dificuldade imposta pela empresa não é aceitável, já que Minas tem se tornado um dos principais polos do País em produção de energia fotovoltaica. "Minas, que sempre foi a caixa d'água do Brasil, será agora um grande polo de geração de energia fotovoltaica do País", disse, ressaltando que a Cemig se esqueceu do motivo de sua existência.

"Estado amigo". O governador também fez um relato positivo da situação financeira de seu Estado que, nas suas palavras, foi encontrado desmontado do ponto de vista fiscal. Para este ano, Minas Gerais deve encerrar o ano ainda com um déficit de R\$ 15 bilhões, mas já está acertando os salários atrasados, terminando de pagar o 13.º salário do funcionalismo público do ano passado e se preparando para receber investimentos. "Deixaremos de ser um Estado inóspito aos investimentos e sim um Estado amigo", disse o chefe do Executivo mineiro.

Zema disse que espera investimentos de R\$ 7 bilhões em concessões de ferrovias nos próximos 20 anos. O governador afirmou ainda que o maior legado que pretende deixar para o povo mineiro será a reforma das leis de forma a impedir que seus sucessores façam o que seus antecessores fizeram.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/08/2019

Seção: Internacional

Autor: Ricardo Galhardo ENVIADO ESPECIAL A ASSUNÇÃO

Título: MP vê contradições em depoimentos sobre pacto de Itaipu

Procuradores paraguaios já ouviram Benítez, seu vice e o ex-presidente da Ande sobre venda de energia; investigações correm em sigilo

Em meio a uma onda de protestos por todo o país, o Ministério Público do Paraguai afirmou ter identificado contradições entre os depoimentos do presidente Mario Abdo Benítez e do vice, Hugo Velázquez, e as informações prestadas pelo ex-presidente da Administração Nacional de Energia (Ande, a estatal energética paraguaia) Pedro Ferreira sobre o acordo de revisão do uso da energia de Itaipu. Ontem, Velázquez prestou depoimento por mais de seis horas aos procuradores que integram a força-tarefa criada para investigar supostos prejuízos ao interesse público paraguaio causados pelo acordo, considerado "entreguista".

Segundo os procuradores, Velázquez repetiu a versão dada anteontem pelo próprio presidente ao MP sobre uma reunião da qual teriam participado os dois além de Ferreira e do ministro da Fazenda, Benigno López, na qual se tratou informalmente, segundo ele, sobre a venda da energia de Itaipu. Os procuradores não deram detalhes sobre as contradições. A investigação corre em sigilo. Segundo eles, Velázquez negou que o advogado José "Joselo" Rodríguez seja assessor jurídico da vice-presidência, mas disse que encaminhou o advogado para falar com Ferreira. O vice-presidente disse que Joselo era um militante de seu partido (Colorado) e se apresentou como advogado da empresa brasileira Léros, ligada ao empresário e político Alexandre Giordano (PSL), suplente do senador Major Olímpio (PSL-SP).

A Léros é uma das interessadas em comercializar a energia paraguaia no Brasil. Nas mensagens entregues por Ferreira ao MP, Joselo vinculava a empresa ao "governo brasileiro" e representava a "família presidencial". De acordo com o vice-presidente, pelo menos outras duas empresas, uma da Argentina e outra da Coreia do Sul, manifestaram interesse em comercializar a energia paraguaia. Segundo pessoas próximas ao MP paraguaio, as investigações devem demorar pelo menos mais um mês. Também ontem o Partido Colorado, governista, nomeou seus representantes para a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada pelo Congresso para apurar a acusação de traição à pátria feita contra Benítez, que pode resultar em impeachment. Para a oposição e setores do Partido Colorado, a ata do acordo fechado com o Brasil em 24 de maio é "entreguista", pois admite que o Paraguai seja obrigado a contratar mais energia garantida (que custa US\$ 44 o mw/h) e menos energia excedente (US\$ 6 o mw/h) de Itaipu.

Segundo cálculos de especialistas, isso poderia gerar aumento de até 25% na tarifa de energia elétrica ou déficit de US\$ 140 milhões ao ano para o Paraguai, cujo PIB é de US\$ 16 bilhões. Depois que o caso veio à tona no dia 10, com a renúncia de Ferreira da presidência da Ande, o governo do Paraguai cancelou unilateralmente o acordo, com apoio do governo Jair Bolsonaro e dos EUA, ambos aliados de Benítez. A oposição chegou a protocolar um pedido de impeachment do presidente que foi derrubado após o cancelamento do acordo.

No entanto, a revelação pela imprensa local das trocas de mensagens entre autoridades paraguaias, entre elas algumas do próprio presidente defendendo o acordo, reacendeu a crise política no país vizinho.

No domingo, a oposição desencadeou uma série de manifestações contra Abdo Benítez. A primeira delas foi uma carreata que deveria passar pela Avenida Costanera, uma das principais da capital paraguaia, mas foi bloqueada pela polícia sob a alegação de risco para centenas de pessoas que participavam de um evento evangélico.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/08/2019

Seção: Metrópole

Autor: Luci Ribeiro / BRASÍLIA Giovana Girardi

Título: Agência federal adia prazo para eliminar as barragens como a de Brumadinho

Ambiente. Resolução da Agência Nacional de Mineração passa de 2021 para até 2027 o limite para fim definitivo de reservatórios a montante no País, o mesmo tipo que registrou duas tragédias em Minas, incluindo Mariana. Brasil tem hoje 61 estruturas desse tipo

A Agência Nacional de Mineração (ANM) publicou ontem uma resolução adiando o prazo final para extinção definitiva de barragens a montante, do mesmo tipo que colapsou, causando as tragédias de Brumadinho e Mariana. Em vez de serem desativadas em 2021, como havia sido definido em fevereiro, logo após o rompimento da segunda barragem da Vale em pouco mais de três anos, a agência ampliou o prazo para 2022, 2025 e 2027, a depender da capacidade dos empreendimentos.

Mais barato, o modelo a montante era o mais comum para rejeitos de mineração nas décadas de 1970, 1980 e 1990. No formato, a construção de novas camadas da barragem é feita sobre os rejeitos depositados, na parte interna da estrutura. Segundo Eduardo Leão, diretor da ANM, quando foi dado o prazo de 2021, na resolução de fevereiro, havia a urgência do tema – poucas semanas após o colapso da barragem em Brumadinho deixar 270 vítimas (22 ainda desaparecidas na lama). Mas, após a publicação do documento, "o setor ponderou bastante que, às vezes, no apressar de uma descaracterização, podemos criar um novo desastre".

Ele afirma que "descomissionamento e descaracterização de barragens são novidade" na mineração do Brasil e um processo gradual, de barragens de pequeno porte para de grande, pode ser mais seguro, "tentando minimizar

qualquer risco que tenha nesta atividade". Há no Brasil 61 barragens a montante – 41 em Minas. O total foi revisado para baixo desde Brumadinho, quando a ANM dizia haver 84 estruturas do tipo no País.

Uma reclassificação, com base em respostas das empresas ao Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens, considerou que barragens que tiveram só um alteamento a montante não são consideradas a montante. Segundo Leão, a maioria é classificada como de alto dano potencial – quando o rompimento ou mau funcionamento acarreta perda de vidas e danos sociais, econômicos e ambientais. Questionado sobre o que pretende fazer para garantir a segurança de quem vive perto das estruturas, enquanto não são eliminadas, Leão disse que a agência tem fortalecido o sistema de monitoramento.

"É a melhor maneira de evitar acidentes. Entre Mariana e Brumadinho, tivemos nove episódios – nove barragens demonstraram problemas, mas o sistema de alerta funcionou, teve atuação imediata, e conseguiram paralisar as barragens, fizeram atualizações. O sistema tem eficiência comprovada." Sobre eventuais falhas no sistema que tenham resultado no desastre em Brumadinho, Leão disse ser provável um "lapso" não reportado ao sistema, lembrando que o repasse dessas informações cabe às empresas.

A resolução diz que, para minimizar o risco de rompimento, em especial por liquefação, de barragens a montante ou por método desconhecido, o empreendedor deve concluir projeto técnico de descaracterização da estrutura até 15 de dezembro de 2019 e concluir as obras de estabilização da barragem existente ou construir nova estrutura de contenção a jusante, conforme definição do projetista, até 15 de setembro de 2021. Pela norma anterior, o projeto técnico de descomissionamento deveria ser entregue agora em agosto, mas segundo Leão nenhuma empresa cumpriu.

A Vale disse, em nota, que trabalha para acelerar a descaracterização de nove barragens a montante em Minas. "O objetivo é que nos próximos três anos todas estejam descomissionadas ou com fator de segurança adequado e sem oferecer risco às pessoas e ao ambiente."

Evacuação. A Justiça determinou ontem a evacuação de cinco casas em barragem abandonada há dez anos em Brumadinho. Segundo a Defesa Civil, a medida é preventiva, por falta de dados sobre a segurança da estrutura. A responsável, Emicon Mineração, diz que a decisão judicial será cumprida./COLABOROU LEONARDO AUGUSTO, ESPECIAL PARA O ESTADO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 13/08/2019****Seção: Metrópole****Autor: Felipe Cordeiro****Título: 'Não é só resgate de corpos, mas, sim, de esperança, de dignidade'**

Operação completa 200 dias em Brumadinho e tenente relata dramas e diz que não há previsão de término do trabalho

"Uma família está esperando um corpo há quatro, cinco meses, recebe a notícia de que aquela pessoa finalmente foi identificada. Isso pode não parecer para quem é de fora uma coisa tão simbólica, mas é muito importante para a família", disse, em entrevista ao Estado, o tenente Pedro Aihara, porta-voz dos bombeiros de Minas. O rompimento da Barragem em Brumadinho completou 200 dias ontem e deixou até o momento 248 mortos e 22 desaparecidos. E as buscas continuam "a todo vapor", como definiu Aihara.

Nestes 200 dias de trabalho de resgate na lama, qual foi o momento mais marcante? O que sintetizou isso foi quando completou uma semana de operações, a gente fez uma homenagem grande: convocou todas as pessoas que desejassem doar rosas. Levamos essas rosas para Brumadinho, distribuímos em 15 helicópteros e fizemos um sobrevoo coordenado jogando todas essas rosas. Foi o momento que simbolizou muito a ideia da operação, uma operação que envolve a dor de muitas pessoas, de 270 famílias. Não é só uma operação de resgate de corpos, mas, sim, de recuperar a esperança, a dignidade, o direito à memória que as pessoas devem ter.

E o momento mais dramático?

Foi o momento que a gente chegou. Aquele cenário de guerra que a gente enfrentou no primeiro dia, quando foi construindo a percepção da dimensão da tragédia.

Como é o contato dos bombeiros com parentes das vítimas?

Esse tipo de tragédia tem uma característica diferente que acaba sendo um elemento bem peculiar: são atuações de longa duração do Corpo de Bombeiros, diferentemente de uma ocorrência tradicional. Todas as histórias das pessoas que nós buscamos conhecemos pessoalmente e sabemos pelo nome quem é cada uma dessas pessoas desaparecidas. Ao mesmo tempo, é um elemento que traz uma responsabilidade muito grande. O contato com a família é diário e, semanalmente, nós temos uma reunião em que todo o comando da operação se junta com os familiares para explicar o que está acontecendo, como é que está o andamento. Quando se está em uma situação de desaparecido não tem

Natal, Páscoa, festa de família, é uma morte a conta-gotas. É uma angústia muito grande.

Como estão os trabalhos?

Continuam a todo vapor, e não há previsão de término.

Há expectativa de resgate de mais corpos?

Existe uma expectativa de diminuição desse número (de 22 desaparecidos) porque há muitos segmentos corpóreos para serem identificados ainda no IML (Instituto Médico-Legal), uma vez que a técnica de identificação neste momento pela qualidade da amostra é muito complexa. No IML, tem hoje 130 segmentos.

Teve algum intercâmbio com corporações de outros Estados?

Sim, só na operação em Brumadinho 16 unidades da Federação mandaram bombeiros para cá, tanto para apoiar quanto para aprender, ver o que eles fazem, o que a gente faz. Essa troca de conhecimento, esse intercâmbio em termos de preparação nacional para esse tipo de tragédia, foi muito importante também. As equipes que vieram de outros Estados, e até de outros países, como foi o caso de Israel, ficaram muito impressionadas com a nossa doutrina de trabalho para esse tipo de ocorrência. Por isso, Minas, que já era, confirmou ainda mais essa questão de ser uma referência mundial na parte de rompimento de barragens. Hoje, a tropa mineira, comparada com qualquer outra do mundo, é considerada a mais preparada para esse tipo de atuação.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/08/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Consumo fraco de energia é sinal de estagnação

Os indicadores do consumo de eletricidade no primeiro semestre divulgados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) reforçam a percepção de que a economia demora para sair da estagnação. Essa fragilidade econômica é revelada pelo setor elétrico e particularmente expressiva no caso da indústria, forte demandante de energia. Mas também houve recuo expressivo na demanda residencial.

O crescimento da demanda foi de apenas 1,7% entre os primeiros semestres de 2018 e de 2019, segundo a Resenha de julho da EPE. Em junho, o consumo de 38.213 GWh mostrou estabilidade em relação a igual mês de 2018, com alta nas Regiões Centro-Oeste, Norte e Sul e queda no Nordeste e no Sudeste. A demanda industrial de energia – de 13.760 GWh em junho – aumentou 0,3% em relação a junho de 2018, mas o resultado, segundo a EPE, se deve, em parte, à

base baixa de comparação, pois em igual período do ano passado o consumo ainda sofria os efeitos negativos da greve dos caminhoneiros.

A isso se acresce o fato de que a indústria brasileira vem operando em ritmo muito lento, registrando desaceleração desde meados de 2018. Mas a maior retração ocorreu no setor extrativo de minerais metálicos, que registrou a quinta queda mensal consecutiva, o que em grande parte se deveu ao desastre ambiental em Brumadinho. O consumo residencial cresceu 3% no primeiro semestre, mas isso se explica pelo comportamento do primeiro trimestre, com alta de 6,1% em relação a igual período de 2018. No segundo trimestre, houve queda de 0,2%, pelo mesmo critério.

Os técnicos da EPE acreditam que o consumo de energia insatisfatório se deve à fraqueza da situação financeira das famílias, sob influência da queda do rendimento médio dos trabalhadores. Os melhores resultados vieram do consumo de energia pelo comércio, pois, dadas as elevadas temperaturas registradas no início do ano, cresce o uso dos aparelhos de ar-condicionado. Historicamente, o consumo de eletricidade tende a se manter – ou mesmo crescer – até em fases recessivas, dado o aumento da população e do número de residências decorrente da constituição de novas famílias. Os números pouco expressivos registrados neste ano refletem a debilidade da economia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/08/2019

Seção: Economia

Autor: RIO e SÃO PAULO

Título: Gestores dizem que há apetite de estrangeiros por papéis do banco

Participações acionárias do BNDES na Petrobrás, JBS, Vale, Copel e Cemig devem ser colocadas no mercado pelo banco

Os papéis que o BNDES pretende colocar no mercado vão além da Petrobrás e da JBS. Também estão no radar as participações na Vale (R\$ 16,531 bilhões), na Copel (R\$ 2,233 bilhões) e na Cemig (R\$ 1,267 bilhão). A fatia de R\$ 9,3 bilhões na Eletrobrás deverá ficar mais para a frente, em função do desenho da privatização da estatal. "Gestores mais específicos têm capital para absorver esses papéis", disse Sérgio Machado, sócio-gestor da SF2 Investimentos. Machado, assim como João Paulo Reis, da gestora carioca Venture Investimentos, vê apetite de investidores estrangeiros.

O mercado nacional pode ficar atrativo no cenário global, já que o Fed, o banco central dos Estados Unidos, cortou os juros na quarta-feira e a economia brasileira tende a entrar em aceleração num momento em que os demais países

veem o crescimento perder fôlego. Além disso, o avanço da reforma da Previdência, a inflação baixa, os juros em queda e uma agenda de incentivo à economia levam mais investidores brasileiros para as ações. "O período de alta pode ser até melhor do que o de 2006 e 2007", disse Reis, lembrando os anos de boom na Bolsa.

Por outro lado, segundo três executivos que já acompanharam a gestão da carteira de participações do BNDES, a estratégia dos técnicos do banco de fomento, sempre com foco no retorno de longo prazo, costuma ser cautelosa ao avaliar os preços mínimos de venda de ações. Há um ano, durante o período eleitoral, quando as cotações das ações preferenciais da Petrobrás chegaram abaixo de R\$ 20,00 – ante o nível de R\$ 26,00 dos últimos pregões –, os gestores do BNDES chegaram a suspender as vendas, disse uma das fontes, sob a condição do anonimato./V.N. e F.G.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/08/2019

Seção: Economia

Autor: Daniel Weterman / BRASÍLIA

Título: 'PEC paralela deve ter poucos ajustes'

Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), líder do governo no Senado

Para líder do governo no Senado, inclusão de Estados e municípios em proposta é consenso, mas há abertura a mudanças

O governo quer votar projetos do chamado pacto federativo, que envolvem a distribuição de recursos para Estados e municípios, antes da votação da reforma da Previdência no plenário do Senado. O líder do governo na Casa, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), disse em entrevista ao Estadão/ Broadcast que a votação de um pacote de ajuda a governadores e prefeitos abre caminho para que a reforma da Previdência tenha mais votos favoráveis. Entre esses projetos estão o que define a divisão dos recursos do megaleilão de petróleo que será realizado em novembro e a securitização de dívidas, que permite a Estados e municípios a transformação de contas a receber em títulos que podem ser negociados no mercado. Coelho acredita que a proposta que muda as regras para se aposentar no Brasil tenha entre 56 e 60 votos e que seja aprovada até o fim de setembro. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Como vai se dar a articulação do governo para a reforma da Previdência no Senado?

O perfil do novo Senado que foi eleito está muito mais próximo da agenda liberal que é representada pelo ministro Paulo Guedes do que o Senado da

legislatura anterior. Então, a reforma da Previdência aqui encontra uma boa acolhida. O governo trabalha com a possibilidade de ter apoio entre 56 e 60 votos.

Esse mapa de votos considera as tentativas de alterações no projeto?

Nós temos aqui no Senado um núcleo da oposição com 19 votos.

Evidentemente, a oposição vai propor alterações de toda a sorte, como se tentou lá na Câmara, isso faz parte do processo. Agora, o nosso cuidado é com os outros 61 senadores que têm predisposição de participar da base do governo, que não se definem como base, mas são próximos da agenda econômica do governo, para que a gente possa valorizá-los e possamos identificar quais são os temas. Por exemplo, já temos um tema identificado que vai constar da PEC paralela (uma nova proposta de emenda constitucional que deve agregar temas que ficaram de fora do projeto aprovado na Câmara), que é a inclusão de Estados e municípios. Esse é um tema que já é consenso porque tem um núcleo, de pelo menos 20 senadores, que entende que a matéria tem de constar da PEC paralela. Tem outro grupo se formando falando da necessidade de o governo também agilizar e acelerar a votação do pacto federativo (proposta que dá mais poder a Estados e municípios).

O governo trabalhará para agilizar o pacto federativo ainda durante a reforma da Previdência?

Essa é uma outra demanda. O governo já vem conversando com os governadores do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste sobre a celebração de um novo pacto federativo. A matéria está amadurecendo no Ministério da Economia. Eu devo estar com o ministro (Paulo Guedes) hoje (ontem), conversaremos sobre isso, e estamos visualizando que é importante, antes da votação em plenário da reforma da Previdência, a gente já estar com a questão do pacto federativo tramitando no Senado.

Abre caminho para votos?

É claro. Isso é importante.

Quais projetos do pacto federativo é possível aprovar?

Não sabemos ainda, está em construção. A demanda que os Estados colocam é a partilha dos recursos da cessão Onerosa (revisão do acordo firmado entre a União e a Petrobrás que abre caminho para o megaleilão do excedente do pré-sal), a questão da tributação sobre exportação, a securitização ("venda" de dívidas que os Estados têm a receber), que está na Câmara... São alguns temas que já sendo debatidos.

O governo já identificou algum outro ponto para a PEC paralela, além de Estados e municípios?

Vamos aguardar o prazo de emendas. Por enquanto, só Estados e municípios. Daqui para quarta ou quinta-feira a gente vai fazer um balanço disso.

Tem chance de a PEC paralela chegar na Câmara e morrer?
Sempre tem.

Parte dos senadores avalia que a PEC paralela, só com Estados e municípios, não tem chance de ser aprovada.
Certamente haverá outras matérias. Estamos ainda mapeando quais são esses temas.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, assumiu a articulação da reforma apesar do governo. Essa vai ser a característica no Senado?
Aqui também. O Davi Alcolumbre vai cumprir um papel fundamental pela relação que ele tem com a oposição, situação e com os independentes. Ele se consolidou como um presidente de largo trânsito entre todas as forças políticas do plenário e ele vai coordenar todo o processo de votação.

O governo vai ficar à margem dessa articulação?
Claro que não. É importante o Davi colocar o peso da sua força política para ajudar a facilitar a tramitação de uma pauta tão importante para o País, para a sociedade e para o governo. Esse papel ajudará muito o governo, facilitará a articulação.

Declarações do presidente Jair Bolsonaro podem atrapalhar a reforma da Previdência ou a proposta será blindada?
Temos de separar. O perfil do novo Senado eleito tem uma identidade muito grande com a agenda econômica do governo. Então, eventuais declarações do presidente podem criar alguns atropelos, mas o principal vai ser dar foco à votação da reforma da Previdência. Nós vamos nos concentrar nas matérias que ajudam a economia brasileira.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 13/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Energia

Painel S.A.

Furnas investiu cerca de R\$ 24 milhões em um novo banco de reatores na Subestação de Itaberá, em São Paulo, por onde passa metade da energia produzida pela Usina de Itaipu (PR). A empresa afirma que quer elevar a eficiência na distribuição.

MME / ASCOM .